



Organização política na Amazônia Peruana: análise da Central Asháninka del Río Ene (CARE)

Lia Mendes Cruz

Departamento de Estudos Latino-Americanos - ELA
Universidade de Brasília - UnB
e-mail: liamcruz@gmail.com

Resumo

Este trabalho pretende contribuir para o debate acadêmico e político em torno dos direitos territoriais dos povos indígenas nas Américas. Buscaremos abordar este campo por meio do estudo da organização política indígena na Amazônia central peruana (*Selva Central*), com base no caso do povo Asháninka do Rio Ene. Com esta abordagem, pretendemos relacionar o processo organizativo da política interétnica Asháninka aos subsequentes eventos que implicaram em perdas territoriais, e demandaram negociações deste povo com outros setores da nação peruana, com vistas a assegurar sua autonomia relativa sobre determinadas porções de seus territórios. No presente artigo pretendemos explorar, a partir da história e das ações da *Central Asháninka del Río Ene - CARE*, as sofisticações organizativas que emergem em um contexto de mudança dos quadros de interação étnica a partir da década de 1980, principalmente no que tange aos esforços desta organização por construir sua legitimidade perante as comunidades Asháninka que representa. Neste processo, tem destaque a atuação de Ruth Buendía Metsuquiari, presidenta da CARE desde 2005, liderança feminina que tem importante papel na legitimidade da sua organização perante as comunidades do Rio Ene, e também na manutenção de um posicionamento coeso na região no sentido de frear a entrada de empresas extrativas e a instalação de uma represa hidrelétrica projetada sobre esse território. Por fim, objetivamos sacar elementos que nos permitam iluminar ou direcionar a discussão acerca do cenário interétnico extremamente cambiante e volátil que lança continuamente novos desafios a essas organizações. Por outro lado, estas não são passivas nesse processo, pois suas iniciativas (seja ou não em alianças com agentes externos) também determinam novos rumos – pelo menos desejados – a esse sistema de relações.

Palavras-chave: Organização Política Indígena, Asháninka, Rio Ene, Amazônia Central Peruana.

Abstract

The purpose of this article is to contribute to the academic and political debate around the territorial rights of the indigenous people of the Americas. This field of study was approached through the study of the indigenous politic organization in the Peruvian Central Amazon (*Selva Central*) based on the case of the Ashaninka people in the Ene river. Based on this approach, we intend to relate the organizational process of the Ashaninka interethnic politics with the subsequent events that implicated on territorial lost, and that led to negotiations of the Ashaninka with other sectors of the Peruvian nation. This work was dedicated to exploring, from the history and actions of the *Central Asháninka del Río Ene - CARE*, the organizing sophistications that emerge in a context of the change of the interethnic situation from 1980, mainly the efforts of this organization to build its legitimacy with the communities that CARE represent. In this process, we highlight the

performance of Ruth Buendía Metsoquiari, president of CARE since 2005, feminine leadership that has a key role in the establishment of the legitimacy of CARE, and in maintaining a cohesive position in the Ene River to stop the entrance of extractive companies and the installation of a hydroelectrical project. Finally, the intention of this work is to draw out some factors that permit us to enlighten or address the discussion about the extremely changing and volatile interethnic scenario, that continuously calls the indigenous organizations for new challenges. On the other hand, these organizations are not passive in this process, because their initiatives (are they alliances with external agents or not) also determine new paths – at least desired – to this system of relations.

Keywords: indigenous political organization, Asháninka, Ene River, Peruvian Amazon.

Introdução

Este trabalho pretende contribuir para o debate acadêmico e político em torno dos direitos territoriais dos povos indígenas nas Américas. Buscaremos abordar este campo por meio do estudo da organização política indígena na Amazônia central peruana (*Selva Central*), com base no caso do povo Asháninka do Rio Ene.

Com esta abordagem, pretendemos relacionar o processo organizativo da política interétnica Asháninka aos subsequentes eventos que implicaram em perdas territoriais, e demandaram negociações deste povo com outros setores da nação peruana, com vistas a assegurar sua autonomia relativa sobre determinadas porções de seus territórios.

Considerando o objetivo exposto acima, cumpre primeiramente situar o (a) leitor (a) com algumas considerações gerais sobre o território Asháninka, para então apresentar o contexto das *comunidades nativas* do povo Asháninka do Rio Ene. Os Asháninka constituem a população indígena mais numerosa do conjunto Arawak sub-andino, e ocupam um território que se estende da face oriental do sopé de monte andino, na Amazônia Central peruana, até a bacia do alto Juruá, no estado brasileiro do Acre (PIMENTA, 2008, p. 118).

No início do século XX, este território se estendia sobre aproximadamente 100.000 km², desde o rio alto Pachitea pelo norte, até o baixo Apurímac ao sul, e desde o rio Chanchamayo ao oeste até as regiões dos rios Tambo-Ucayali a leste (VEBER, 2009) e, não se sabe precisar ao certo a partir de qual período, passaram também a se estabelecer no alto Juruá, na região fronteira entre o Peru e o Brasil (ver mapa 1, abaixo).

Considerando este contexto, o trabalho apresentado neste artigo é baseado em uma pesquisa de mestrado, intitulada “Territórios indígenas e desenvolvimento na Amazônia Central peruana: um olhar sobre a organização política dos Asháninka do Rio Ene” (CRUZ, 2012). A pesquisa empírica que resultou nesta dissertação contou com um trabalho de campo no Peru em outubro e novembro de 2011, durante o qual foram realizadas entrevistas a diversos atores envolvidos com as políticas territoriais para povos indígenas na Amazônia peruana, e também o trabalho etnográfico junto à *Central Asháninka del Río Ene – CARE*, em seus eventos em Lima e acompanhando suas ações em sua sede em Satípo (Junín/Peru).

Na referida dissertação de mestrado, apresentamos o contexto da elaboração e implementação das políticas de reconhecimento territorial para povos indígenas na Amazônia peruana. Abordamos suas principais limitações e as estratégias adotadas pelas organizações indígenas e não governamentais com vistas a dar continuidade à titulação de *comunidades nativas* e tornar visível a situação territorial desses povos, considerando as ameaças de uma nova frente de expansão com interesses na exploração dos recursos presentes nesses territórios: setor madeireiro, setor petrolífero, setor energético (hidroelétricas), mineração, entre outros.

No presente artigo pretendemos explorar, a partir da história e das ações da *Central Asháninka del Río Ene - CARE*, as sofisticações organizativas que emergem em um contexto de mudança dos quadros de interação étnica a partir da década de 1980, principalmente no que tange aos esforços desta organização por construir sua legitimidade perante as comunidades Asháninka que representa.

Esta federação de *comunidades nativas* – como são designados os territórios indígenas titulados pelo Estado na Amazônia peruana - tem destaque a atuação de Ruth Buendía Metsuquiari, presidenta da CARE desde 2005, liderança feminina que tem importante papel na legitimidade da sua organização perante as comunidades do Rio Ene, e também na manutenção de um posicionamento coeso na região no sentido de frear a entrada de empresas extrativas e a instalação de uma represa hidrelétrica projetada sobre esse território.

Certamente, pelo pouco tempo que foi possível compartilhar dos esforços organizativos desta instituição, não pretendemos aqui esgotar todas as facetas que envolvem essa proposta. Mas sim, objetivamos sacar elementos que nos permitam iluminar ou direcionar a discussão acerca do cenário interétnico extremamente cambiante e volátil que lança continuamente novos desafios a essas organizações. Por outro lado, estas não são passivas

nesse processo, pois suas iniciativas (seja ou não em alianças com agentes externos) também determinam novos rumos – pelo menos desejados – a esse sistema de relações.

Por fim, a partir do trabalho realizado, algumas perguntas que surgem deste olhar comparativo – entre a ação das organizações sociais da Amazônia peruana - são: qual característica (ou características) teria a CARE que a torna capaz de manter uma coesão relativa entre suas comunidades filiadas no sentido de posicionar-se negativamente diante da entrada das petroleiras no rio Ene? Como Ruth Buendía construiu e manteve seu prestígio como presidenta da CARE? Como o fato de ser mulher, levantado algumas vezes por ela como uma limitação, e outras vezes como vantagem, influenciou o seu fortalecimento enquanto dirigente?

A luta pela retomada do território ocupado pelo *Sendero Luminoso*

De acordo com Rojas Zolezzi (2008), o predomínio do padrão de assentamento disperso dos Asháninka no rio Ene, até meados da década de 1940, era também um mecanismo de defesa contra as frequentes incursões escravistas comandadas por patrões caucheiros que operavam no Alto Ucayali. Porém, com a chegada dos franciscanos e adventistas a partir da década de 1950, e o estabelecimento das missões, inicia-se uma parcial sedentarização dos Asháninka ao redor destas.

O processo de reconhecimento e titulação nos Rios Ene e Tambo começou em 1979 por meio de um convênio entre o *Centro de Investigación y Promoción Amazónica* (CIPA)¹ com a *Dirección Regional Agraria de Junín* (em Huancayo), financiado pela *OXFAM International*. Conseguimos uma entrevista com Lelis Rivera², que nesta época foi contratado pelo CIPA para fazer parte da equipe de titulação destas comunidades, e que testemunhou a chegada de grandes contingentes de colonos³ andinos à zona, entre o fim de 1979 e início de 1980. Apesar de significativos avanços no processo de titulação de várias comunidades, o processo foi paralisado quando a equipe encarregada foi ameaçada por grupos armados do *Sendero Luminoso* que se instalavam na região.

Tanto Lelis Rivera como outras fontes que consultamos indicam que entre os colonos que chegaram ao Ene estavam muitos produtores de coca já

¹ O CIPA é uma organização não governamental fundada em 1978, foi a primeira ONG a celebrar convênios com o Estado para titular comunidades nativas na bacia amazônica (Chirif & García Hierro, 2007, p. 185).

² Comunicação oral gravada de Lelis Rivera, realizada em 15.10.2011, em Lima.

³ O termo “colono”, utilizado repetidas vezes neste texto, é usado no contexto interétnico entre povos indígenas amazônicos para se referirem aos contingentes de indígenas andinos que se estabelecem na Amazônia muitas vezes em territórios de povos indígenas amazônicos.

inseridos no contexto do narcotráfico, que estava em franca expansão na década de 1980 (CHIRIF, 2003; ROJAS ZOLEZZI, 2008). A rápida expansão do narcotráfico nos vales dos rios Ene e Tambo sugere que alguns grupos de colonos que se assentaram nesses vales na década de 1980 constituíram os primeiros avanços do *Sendero Luminoso*, de forma a conseguir financiamento para suas atividades (ESPINOSA DE RIVERO, 1995; CHIRIF, 2003).

Assim, o processo de expansão de bases guerrilheiras do *Partido Comunista del Peru Sendero Luminoso* (PCP-SL) e do *Movimiento Revolucionario Túpac Amaru* (MRTA) na Amazônia Central peruana ocorre no início da década de 80, e por cerca de duas décadas dominaram grande parte do território Asháninka. Em termos de localização, o MRTA estabeleceu-se nas províncias de Oxapampa e Chanchamayo, enquanto o PCP-SL ocupou, principalmente, a província de Satipo (*COMISIÓN DE LA VERDAD Y RECONCILIACIÓN (CVR)*, 2003, p. 244).

As implicações dessa ocupação foram drásticas para a população Asháninka desta zona. Apesar de não existirem dados precisos, se estima que, de uma população de 55 mil Asháninkas, cerca de 10 mil foram deslocados à força nos vales dos rios Ene, Tambo e Perené; 6 mil faleceram; e cerca de 5 mil pessoas foram mantidas em cativeiro pelo PCP-SL. Além disso, se calcula que durante os anos de conflito, desapareceram entre 30 a 40 comunidades Asháninka (CVR, 2003, p. 241).

Diante desse contexto adverso, a conformação de organizações Asháninka na bacia do Rio Ene tem início na década de 1980. A primeira organização criada foi a *Organización Campa Asháninka del Río Ene* (OCARE). Segundo seu atual presidente, Jonatan Charete, a principal motivação para sua criação era frear as crescentes invasões dos colonos que chegavam à região nesta década (Entrevista em Satipo, 07/11/11).

Em janeiro de 1989 são assassinados pelo *Sendero Luminoso* Isaiás Charete, então presidente da OCARE, e seu irmão Lucas Charete, que nesse período era promotor de saúde (ROJAS ZOLEZZI, 2008). Estes fatos geraram o deslocamento de parte dos habitantes de Centro Tsomabeni para o Alto Chichireni, onde começam a organizar-se para resistir ao avanço do *Sendero Luminoso*. A OCARE realiza um congresso em 1993 para unir forças com outras comunidades que também haviam sido deslocadas, e conseguir apoio do exército peruano com armamentos e medicamentos (ROJAS ZOLEZZI, 2008).

No ano seguinte, em 1994, foi formada outra federação de comunidades do Rio Ene. Desta vez, buscando maior representatividade entre as

comunidades, dado que os esforços de OCARE estiveram sempre voltados para interesses de setores da Comunidade de Tsomabeni. Esta nova federação, a *Central Asháninka del Río Ene* – CARE, surgiu no período de embates mais intenso com *Sendero Luminoso*. Segundo fala de sua atual presidenta, Ruth Buendía Metsoquiari, desde a fundação da CARE em 1994, “*diez años se han perdido muchas veces en solamente perseguir a los senderistas, pacificar toda la cuenca del Río Ene* (Trecho de discurso gravado durante o evento Octubre Ashaninka, em 26.10.2011, em Lima).

Poucas informações secundárias conseguimos sobre a atuação da CARE nestes dez anos. Na bibliografia acessada que trata sobre as organizações de *Rondas* ou *Comités de Autodefensa* entre os Asháninka da Selva Central e sobre a situação de desterritorialização e concentração de grupos Asháninka nos chamados *Núcleos Poblacionales*⁴, não são feitas referências à atuação da CARE. Entretanto, foi enfatizado no evento *Octubre Asháninka*⁵, e confirmado nas entrevistas, que esta atuação foi efetiva, tanto na organização dos *Comités de Autodefensa* e do apoio estatal via programas específicos para esta região, quanto no apoio à reocupação das comunidades conforme eram recuperadas do domínio de *Sendero Luminoso*.

É importante contextualizar que a atuação da CARE acontecia em articulação com a *Comisión de Emergencia Asháninka* (CEA), organização indígena criada em 1995, com o objetivo de atuar na recuperação das comunidades deslocadas pelos conflitos armados e na titulação de comunidades nativas. E que também realizava ações em conjunto com a *Central Asháninka del Río Tambo* (CART) e com a *Central de Comunidades Nativas de la Selva Central* (CECONSEC).

Ruth Buendía conta que a CEA tinha fundos para ajudar o repovoamento, mas que havia muitos problemas na distribuição dos benefícios para as comunidades, o que gerava desconfiança sobre o gasto dos recursos. Por outro lado, Ruth menciona que a CEA também promovia oficinas de capacitação em temas como liderança e direitos humanos. E foi nesse âmbito que ela iniciou sua inserção no meio político, a qual resultou futuramente em sua indicação para o cargo de *asuntos femeninos* na CARE, pelo então presidente da CARE, Raul Vega. Até então, esse cargo era

⁴ Nome dado aos locais onde se agrupavam os indígenas que conseguiam fugir ou eram resgatados dos campos de concentração instalados pelo *Sendero Luminoso*.

⁵ O evento *Octubre Asháninka*, realizado em outubro de 2011, e posteriormente nesse mês nos anos seguintes, teve como objetivo expor em Lima a agenda de trabalho da CARE e realizar debates e reflexões sobre temas de interesse das comunidades Asháninka do Rio Ene.

ocupado por uma colona (Comunicação oral, com registro escrito, realizada em 14.11.2011, na sede da CARE).

Isso porque, nesse período, também eram representados pela CARE os colonos que conviviam com os Asháninka nos *núcleos poblacionales* e comunidades do Rio Ene. Para Ruth Buendía, essa aproximação entre colonos e Asháninkas se fazia necessária nos esforços de enfrentamento dos conflitos em que ambos estavam envolvidos, pois "*había que unirse frente a la violencia*"⁶. O compartilhamento desta experiência de violência entre colonos e Asháninkas, criou novas possibilidades de relacionamentos entre grupos. Principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de novos assentamentos colonos entre diversas comunidades Asháninka do Rio Ene.

A situação totalitária vivenciada pelo povo Asháninka durante o período de conflito armado, dinamizou de forma significativa a territorialidade e organização social dos Asháninka situados na Amazônia central. Em meio a uma situação de crise, na qual os homens que não estavam sob o domínio de *Sendero Luminoso* eram mobilizados para a defesa e combate nas *Rondas de Autodefensa*, as mulheres Asháninka assumiram papéis centrais na organização dos *nucleos poblacionales*.

De acordo com o informe de Rodriguez Vargas (1993, p. 46-47), foram as mulheres que criaram novas organizações comunais visando lidar com a situação de crise, tais como os *Clubes de Madres* e os *Comités de Artesanía*. Além de assumirem o trabalho dos plantios comunais, e se dedicarem na atenção às crianças e na preparação de alimentos para os órfãos, doentes, *ronderos* e refugiados. Segundo Jonatan Charete, presidente da OCARE "*las mujeres pasan a tomar más consideración después de Sendero*" (Entrevista em Satipo, 07/11/11).

Porém, devemos levar em consideração que há uma diferença significativa entre a mulher Asháninka assumir novos papéis sociais no âmbito comunitário, e passar a assumir *cargos* nas organizações Asháninka e outras instâncias de representação política voltadas para também para o âmbito externo ao espaço comunal. Sobre isso, trago o trecho de uma entrevista que Fabián Arias (2006, p. 153) realizou em 2002 com Luzmila Chiricente, então presidente da *Frente de Mujeres Asháninkas, Nomatsiguenga y Kakinte de la Selva Central* (FREMANK):

En las comunidades nativas la mujer no tenía representación. Solamente los hombres querían tener cargo. Em algunas

⁶ Idem.

comunidades sí habían aceptado la creación del club de madres, pero cuando se habló del ejercicio de cargos [comunales y de organización], la mayoría de los hombres reaccionaron mal, [decían] cómo vamos escuchar hablar a una mujer, son 'cojudeces', porque si salen como dirigentes van a cambiar de marido. Se aclaró hasta el último la importancia de la participación de la mujer, pero la situación cambió en parte porque vino la subversión y el autoritarismo de los hombres se vio debilitado, se fueron como ronderos y la mujer asumió cargos en algunas comunidades nativas y afrontó cargos a pesar que no sabía.

A primeira experiência de Ruth Buendía na CARE foi uma sequência de visitas às comunidades do Rio Ene, com as quais teve contato pela primeira vez, e onde sua sensibilidade em escutar foi talvez a principal qualidade que a permitiu chegar à presidência dessa organização *Asháninka*.

Era un reto ir a conocer el Ene. No tenía viático, pasajes, medicina auxiliar, nada. (...) Me quedé en Quimaropitari, Quempiri, y así sucesivamente. Me conocieron las comunidades. Me preguntaban si era chori o Asháninka. Estaba trabajando duro con CARE y me hicieron críticas sobre CARE. Me han dado masato y críticas duras. No sabía cómo funcionaba CARE y ARPI. (...) Ahí empezó mi liderazgo. He llevado convocatoria para Congreso de CARE en abril de 2005, en Potsoteni. Estaban todas las ONG (...) Fue la primera mujer a ser electa presidente. [Perguntei à Ruth a opinião dela sobre os motivos que levaram às pessoas votarem nela como presidente]. Creo que es por estar cansados de los hombres que no han hecho nada...para probar una mujer. Pero también he conocido mucha gente que no creía en mí. Otros querían ser presidente de CARE. Guillermo Ñaco me apoyó, decía que había que incluir el género. Me quisieron bajar como vicepresidenta. Para el congreso, fue preparada con mis propuestas, sobre titulaciones, invasiones, oficina de CARE (entrevista não gravada, com registro escrito, realizada em 14.11.2011, na sede da CARE).

Assim, vemos como a vivência de Ruth Buendía com as comunidades a sensibilizou acerca do que as famílias Asháninka esperavam da CARE, e com base nisso, Ruth formulou propostas que subsidiaram sua eleição em 2005. Vemos também como os espaços de formação de lideranças, e a

abertura de secretarias de *assuntos femininos* nas organizações Asháninka favoreceram que ela ingressasse nesse campo de atuação política.

Se por um lado Ruth Buendía não teve uma atuação direta nos *núcleos poblacionales* durante o período de violência social, por outro lado, sua experiência fora do contexto local e sua busca constante pela educação formal a destacaram nos espaços de participação política que se abriram para a mulher Asháninka no contexto pós-violência.

Abaixo veremos como a gestão de Ruth Buendía junto à CARE construiu uma articulação com diversas ONGs, que renderam projetos com boa execução, moveu processos de titulação que estavam estagnados, e também conseguiu dar visibilidade nos meios de comunicação e combater juridicamente e politicamente, o projeto de construção de uma hidrelétrica que afetaria parte considerável do território Asháninka no Rio Ene. Todas estas atividades envolveram muitas viagens e reuniões que demandaram de Ruth um árduo aprendizado em como atuar nessa rede de interação interétnica.

Kametsa Asaike, o viver bem Asháninka, e credibilidade na CARE

Nas entrevistas e discursos presenciados, existe uma forte tendência em dividir o tempo em dois períodos a história da CARE: o período anterior e o período posterior à gestão de Ruth Buendía como presidenta da CARE. São muitos os argumentos que sustentam essa percepção e divisão temporal, antes e durante a gestão de Ruth. Estes se relacionam tanto com questões pertinentes ao escopo de atuação e à estrutura física e reconhecimento jurídico da CARE, quanto às questões que dizem respeito à *credibilidade* de seus dirigentes perante as comunidades.

Este conceito de *credibilidade* que Ruth Buendía utiliza guarda relação com aquele que discutimos acima no que tange à liderança da comunidade, mas em outro nível organizativo. Assim, buscaremos perceber como se constrói a credibilidade ou legitimidade, a partir da suposta percepção da divisão temporal no que tange à atuação da CARE. Para tanto, veremos um trecho da fala de Ruth Buendía, durante o evento Octubre Asháninka, em 2011:

Entonces, después de estos 10 años yo vengo desde mi gestión en 2005, empiezo a estructurar la institución CARE que no tenía nada de credibilidad, solamente se conocía en fuerza de pacificar, nada más. Pero nunca ha hecho incidencia en atenciones sociales, se ha abandonado muchas veces la educación, la salud, cuestiones territoriales. En estos tiempos, 2005 ya era tiempo de venta de maderas ilegales en las

comunidades por los jefes de las comunidades, ya era boom vender madera, la más fina que es caoba, todas las comunidades han vendido ilegalmente. ¿Pero quién se lucraba con esta venta de madera? Solamente jefe de las comunidades, jefe, su familia, y sus diez agregados. Entonces, analizamos nosotros como CARE, yo como mujer no tenía tampoco credibilidad en liderazgo y en organización. Hay que tener en cuenta que decían los hombres: que vas hacer mujer Asháninka? Ya van a entrar las empresas madereras, ya nos van a meter los colonos en nuestro territorio. Entonces, he escuchado eso, me dijeron directamente, pero no es así. (Trecho de discurso gravado durante o evento Octubre Ashaninka, em 26.10.2011, em Lima)

Um primeiro aspecto que é marcado na fala de Ruth Buendía reside na dificuldade que tem uma organização intermediar a relação entre comunidades do mesmo povo, mas com múltiplos interesses e organização política interna própria, e atores sociais externos- empresas madeireiras, empresas petroleiras, associações de colonos, funcionários estatais, ONGs - com interesses difusos voltados para o território Asháninka.

O fato da CARE ter iniciado sua atuação em um momento crítico, talvez tenha impedido seus dirigentes enxergar as futuras dificuldades que determinadas alianças poderiam resultar, tanto em relação às perdas territoriais para os assentamentos colonos, quanto às difíceis situações em que se veriam vinculadas muitas comunidades por contratos mal geridos com as empresas madeireiras. Dado o contexto em que nasceu a CARE, seu principal objetivo era "*salvar vidas y recuperar la paz*" (CARE, 2011, p. 4).

Assim, essa divisão temporal relaciona-se ao amadurecimento da CARE em um processo de reflexão sobre os antigos e novos problemas que vinham enfrentando as comunidades. Por isso, o marco de 2005 não pode ser relacionado somente a uma nova gestão da CARE, mas também às urgentes necessidades de mudanças em suas estratégias em um contexto mais complexo em que "*a los viejos problemas como las invasiones de tierra y la violencia, se unían otros nuevos como los proyectos de infraestructura y la presión sobre los recursos*" (CARE, 2011, p. 4).

Para tanto, o primeiro passo foi investir em esforços para dar a esta organização estrutura mínima para operar dentro dos padrões possíveis neste *quadro de interação interétnica*. Ou seja, cadastrar-se no sistema estatal de reconhecimento de pessoa jurídica, os *Registros Públicos*. Este processo não teve somente efeitos no sentido "legalizar" sua atuação, pois

também foi acompanhado de reformulações em seu estatuto, de forma que este representasse os interesses das comunidades, e não fosse somente uma cópia dos modelos de estatuto das organizações andinas. Essas reformulações, feitas em Assembleia da CARE em 2005, também incluíram a retirada dos colonos do âmbito de representação da CARE (Comunicação oral de Ruth Buendía, com registro escrito, realizada em 04.11.2011, na sede da CARE).

Para viabilizar essa estruturação, a CARE executou um projeto com fundos da cooperação alemã, viabilizado por intermédio da *Asociación para la Conservación del Patrimonio de Cutivireni* – ACPC (ONG não indígena), para instalar uma oficina e fortalecer a atuação de sua *junta directiva*. Ruth menciona também a execução de um projeto de implementação de organizações indígenas apoiado pelo *Centro de Investigación y Promoción Amazónica* – CIPA (também ONG não indígena). Bem como da co-execução de um projeto junto com a ARPI (*Asociación Regional de Pueblos Indígenas de la Selva Central*) – derivada da *Comisión de Emergencia Asháninka* (CEA), organização indígena regional da qual CARE é filiada – que consistia na construção de escolas nas comunidades do Rio Ene.

Até este momento, CARE ainda não executava diretamente os recursos dos projetos, pois estes eram sempre intermediados por outras organizações. Esta relação muda consideravelmente com a experiência que CARE desenvolve com a ONG *Rain Forest Foundation*, que repassa os fundos diretamente para a CARE.

Assim, nesta nova fase, CARE ampliou suas áreas de atuação, inserindo em seu quadro profissionais especializados nas linguagens e procedimentos de suas áreas de interface: elaboração de projetos para acessar fundos; procedimentos de titulação de comunidades; procedimentos para reconhecimento de áreas naturais protegidas; controle nos contratos e autorizações para exploração de madeira; ações judiciais e organização política contra a instalação de lotes petroleiros e construção de hidrelétricas no território das comunidades do Rio Ene; entre outros.

É importante ressaltar que esse processo de “estruturar” a CARE, diante de um novo cenário, também foi acompanhado de esforços no sentido de “*estar preparada para ser la voz que transmite las múltiples voces de las comunidades y las familias asháninkas del Ene. La que respalda las aspiraciones de las comuneras y comuneros y permite que estas vayan haciéndose realidad*” (CARE, 2011 p. 5). Assim, as transformações pelas quais passa a CARE nos últimos anos contempla também uma grande preocupação em construir a *credibilidadade* em meio às comunidades do Rio

Ene. Ruth Buendía conta que no início da sua gestão "*no había nada de legitimidad en CARE, las comunidades iban a la municipalidad*" para buscar apoio às suas necessidades. (Comunicação oral de Ruth Buendía, com registro escrito, realizada em 14.11.2011, na sede da CARE).

De acordo com as intenções dos discursos presenciados, construir a *credibilidad* ou *legitimidad*, implica não somente ter eficácia na condução dos interesses das comunidades, por meio da captação de recursos para projetos e execução de ações visando estes interesses. Implica também *saber escutar* o que querem as comunidades e colocar estas múltiplas vozes em um plano de ação institucional que reflita diretamente estes interesses internos.

É no escopo de amadurecimento deste processo de construção da legitimidade da CARE perante as comunidades do Ene, que esta elabora um projeto para consultar as comunidades do Rio Ene sobre o que seria a base do *viver bem* Ashaninka, o *Kametsa Asaike*. Este processo de consulta às comunidades, realizado nos anos de 2008 e 2009, conseguiu financiamento das Fundações ICO e Valle, e teve como finalidade identificar uma agenda própria de trabalho para a CARE, que oriente suas ações em favor de suas comunidades de base. Assim, busca-se não "*seguir la agenda de otras instituciones cómo municipalidades, organizaciones del gobierno y organizaciones no gubernamentales; sino por el contrario, para que estas instituciones inserten sus trabajos en la agenda de CARE*" (CARE, 2011, p. 6).

Visões críticas da CARE sobre como *salir adelante*

Outro tema recorrente abordado durante o trabalho de campo é uma visão crítica que tem se construído nos últimos anos em relação à atuação das ONGs junto à CARE e comunidades do Rio Ene. Esta visão crítica tem várias abordagens, que se baseiam em experiências anteriores e atuais da CARE, que tem demonstrado a fragilidade que implicam determinadas parcerias e ações conjuntas. Além disso, dadas as interfaces que esta discussão tem com a crítica da CARE em relação à atuação dos programas estatais, buscaremos correlacionar ambas problemáticas.

Primeiro apresentamos essa explanação de Ruth Buendía no evento *Octubre Asháninka*, em sua participação na mesa sobre atividades econômicas, que busca sintetizar e refletir as discussões da mesa e intervenções dos demais participantes:

Otro decía (un hermano de Chanchamayo) que las ONG ha sido proteccionistas, se habla mucho de ONG. Instituciones estatales son también asistencialistas con los pueblos

indígenas. ¿Porque nos dan vaso de leche? Porque nos da PRONAF⁷? ¿Porque nos dan programa juntos? Y estamos venerando ya este asistencialismo (...). Además, como decía Aldo (Rain Forest UK) si no lo hacen las ONGs, ¿quién lo va a hacer? Si es el Estado, o institución estatal, no tiene la capacidad de administrar a todos económicamente. Y los profesionales de la municipalidad esporádicamente como visita médica, a pesar de que es la municipalidad del distrito, no llega. Y otro que en la municipalidad hay bastante burocracia en la administración, por ejemplo. En las organizaciones indígenas, lo que veo yo en mi trabajo, y en algunas ONG, tienen su administración más ejecutiva, esa es la facilidad que se da y que yo veo (Comunicação oral de Ruth Buendía gravada no dia 26/10/2011, em Lima).

Assim, o discurso sobre a atuação das ONGs por vezes é marcado por uma associação com a atuação das instituições estatais no que tange ao caráter assistencialista de suas atuações. Por outro lado, se reconhecem que existem diferenças substanciais, relacionadas principalmente com a eficácia das ONGs tanto do ponto de vista técnico (a qualidade dos profissionais) quanto do ponto de vista administrativo (da rapidez ou frequência com que operam). Assim, mesmo que se reconheça que a atuação das ONGs tenha suas debilidades - intimamente relacionadas à margem de autonomia que proporcionam aos Asháninka na definição das ações – se reconhece que, diante da deficiência e ausência da atuação estatal, ainda é a alternativa mais eficiente para fazer chegar às comunidades algum tipo de apoio para suas necessidades.

Outra abordagem consiste na crítica da execução indireta de projetos, intermediadas por ONGs. Pois, se por um lado existe a percepção de que inicialmente este arranjo foi necessário, tendo em vista que a CARE estava ainda se estruturando. Por outro lado, percebe-se que já é o momento de evitar que outras ONGs executem os projetos pela CARE: "*tenemos que salir adelante sin depender de organizaciones*" (Entrevista não gravada com Ruth Buendía na sede de CARE em 14/11/2011). Ou seja, o próximo passo seria a própria CARE formular seus projetos e receber os fundos diretamente para sua execução.

A solidez com que é afirmada essa posição baseia-se na última experiência da CARE na execução de projetos financiados diretamente pela *Rain Forest Foundation* da Inglaterra. Com essa experiência já se sabe que, embutidos

⁷ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

nos projetos, também podem ser cobertos custos para manter a organização, e que muitas ONGs “sobrevivem” de projetos para comunidades. Porém, junto com esta constatação é exposta talvez a maior fragilidade da CARE atualmente, que é sua extrema dependência nos recursos da *Rain Forest*. Praticamente todas as suas ações e inclusive a manutenção física da CARE dependem desta fonte de financiamento.

A saída vislumbrada até o momento é captar recursos que recebem as municipalidades do Governo. Existe um mecanismo pelo qual as organizações representativas de comunidades (*Organización Representativa de la Comunidad* – ORC) - são pessoas jurídicas de direito privado, constituídas exclusivamente para executar projetos junto às municipalidades à qual estão vinculadas – podem receber recursos para projetos de infraestrutura social e econômica e de promoção produtiva. Dessa forma, as comunidades do Rio Ene teriam que conformar uma ORC, como mais uma instância político-administrativa para elaborar e gerir um projeto desta natureza nas comunidades.

Por um lado, sabe-se que os recursos que recebem as municipalidades envolvidas são abundantes, tendo em vista os altos impostos recolhidos pela exploração de madeira e pela extração de petróleo, e pelo aporte à região do VRAE por se tratar de área de combate ao narcotráfico e grupos remanescentes do Sendero Luminoso. Por outro, se tem plena consciência que acessar os recursos implica não só um investimento em elaboração de projetos extremamente técnicos, mas também em atuar no campo político que historicamente tem excluído os Asháninka da repartição destes recursos. Estamos falando de comunidades Asháninka para as quais as ações estatais de atenção mais básica são praticamente ausentes, com índices de desnutrição infantil acima de 80%⁸ e precariedade no atendimento aos serviços básicos de saúde e educação.

Em sua fala durante o Congresso do Ecoashaninka, Ruth Buendía manifestou as dificuldades que enfrenta CARE na negociação com o Distrito de Río Tambo e chama a atenção para a necessidade de uma nova forma de intervenção por parte das organizações Asháninka:

tuvimos reuniones por varios meses y no sale nada para problema de desnutrición infantil (...) tienen ocho millones para ejecutar proyectos y no se está haciendo nada (...) municipalidad está haciendo carreteras y otras cosas que no interesan a las comunidades, quienes tienen más apoyo son los

⁸ <http://servindi.org/actualidad/61354> em março de 2012.

colonos cocaleros (...) Hermanos: no espere la municipalidad, agarre los que están ayudando (ONG y otros) y hagan proyecto, ahí están Plan VRAE y ORC (Comunicação oral não gravada durante o Congresso Anual realizado na comunidade de Anapate (Río Tambo), em 12/11/11).

Ainda que esta possibilidade seja vislumbrada pela CARE, ainda não estava muito claro como efetiva-la em um curto prazo.

Novos atores e representação Asháninka

Outra dimensão que parece se destacar na análise de atuação da CARE, com base nos discursos Asháninka presenciados, é que ela constantemente leva em consideração uma análise comparativa, em relação a outras federações Asháninka de comunidades da mesma região (Selva Central). No escopo de sua representação, a CARE atualmente representa 17 comunidades e 33 anexos no Rio Ene. Ela está filiada à ARPI (*Asociación Regional de Pueblos Indígenas*) em nível regional, e à AIDSESP (*Asociación Interétnica para el Desarrollo de la Selva Peruana*) em nível nacional.

Além da CARE, outras duas organizações atuam no Rio Ene. A OCARE, já mencionada acima, que segue representando os interesses da comunidade de Tsomaveni (ainda que dois de seus anexos estejam filiados à CARE). E a FARE (*Federación Ashaninka del Río Ene*), criada em 2008, que tem sua base forte na comunidade Cutivireni, e também em parte das comunidades de Quempiri e Quimaropitari.

A FARE foi criada durante o congresso da CARE em 2008 em que Ruth Buendía foi reeleita à presidência. Neste mesmo congresso estavam presentes a Municipalidade de Río Tambo juntamente com a empresa Pluspetrol, interessados na autorização das comunidades para a exploração de petróleo no Rio Ene. Diante da negativa das comunidades do Ene frente a esta atividade, a Municipalidade incentiva alguns líderes que haviam concorrido com Ruth à presidência a se reunir com a finalidade de fundar uma nova organização. Com o passar do tempo, FARE vai mantendo sua legitimidade com grande dificuldade, pois não consegue mobilizar projetos e recursos para as comunidades filiadas. Tampouco consegue registrar-se formalmente⁹.

A principal crítica de CARE à OCARE e FARE está no fato de que as mesmas representam as comunidades do Rio Ene sem o devido respaldo das

⁹ Comunicação pessoal de Sandro Saettone, em entrevista não gravada em 09/11/11 (Satipo, Junín). Carecemos de informações mais atuais sobre as atividades de FARE, pois não foi possível entrevistar a alguns de seus dirigentes durante o trabalho de campo em Satipo.

comunidades. Ruth Buendía, ao se referir à OCARE, a coloca como “madre de todas”, reconhecendo assim sua importância na fase inicial de organização política e titulação de terras comunais dos Asháninka do Rio Ene. Por outro lado, destaca sua representação restrita a alguns anexos¹⁰ da Comunidade Nativa de Tsomabeni e se caracteriza pela hegemonia da família Charete na condução dessa organização.

Em relação à FARE, em mais de uma ocasião Ruth se refere à mesma como uma organização “fantasma”, seja pela inexpressividade no que tange a ações, seja pelo fato de até o momento não ter se formalizado perante o Estado. Sempre que esta organização é abordada nas entrevistas, fica evidente a existência de uma tensão latente entre a CARE e FARE, produzida pela ruptura organizacional que gerou ao ser constituída. Ruth Buendía também se refere ao discurso duplo ou “*doble discurso*” de seus representantes quanto aos posicionamentos da FARE diante assuntos estratégicos para toda a bacia do Rio Ene, como a exploração de petróleo e a construção da hidrelétrica de Pakitzapango.

A fraca *legitimidade* percebida pela CARE em relação à FARE se deve a que a primeira considera que opiniões expressadas publicamente pelos dirigentes da segunda não são produto de discussões e consensos construídos em espaços públicos constituídos nas comunidades Asháninka do Ene. Esta forma de condução difere substancialmente daquela que vem sendo colocada em prática pela CARE, cujos posicionamentos e documentos públicos produzidos e expressados resultam de consultas e assembleias envolvendo as famílias das comunidades. Assim, desde atas de assembleias, pronunciamentos formais e materiais audiovisuais produzidos até o momento, principalmente aqueles destinados à campanha de CARE contra os megaprojetos energéticos, demonstram que refletem posicionamentos construídos com a participação das famílias Asháninka.

Também foi recorrente que houvesse, nos espaços de reflexão presenciados (*Octubre Asháninka* e Congresso do EcoAsháninka), análises comparativas da atuação da CARE em relação a outras duas federações Asháninka que atuam na mesma zona, ou seja, aquelas que representam as comunidades nativas Asháninka dos Rios Tambo e Apurímac. A *Central Asháninka del Río Tambo* (CART) teve seu processo organizativo iniciado entre os anos de 1975 e 1983, inscrevendo-se nos registros públicos em 1984 (FABIÁN ARIAS, 2006, p. 148).

¹⁰ Anexos: nas comunidades nativas e campesinas do Peru se denomina anexo aos diferentes grupos populacionais que existem dentro de um território comunal.

No Rio Apurímac, a primeira organização Asháninka foi formada na década de 1970, se chamava *Abireri*, e representava as famílias Asháninka situadas até o Vale de Quempiri. Posteriormente, no início da década de 1980, a mesma foi substituída pela *Organización Ashaninka-Matsiguenga del Río Apurímac* (OARA), mudança possivelmente motivada pelo envolvimento da primeira com a venda de terras a colonos (SAETTONE ARIAS, *no prelo*).

A partir dos estudos realizados por cientistas sociais (Fabián Arias (2006), Rojas Zolezzi (2008) que refletem sobre o processo organizativo das organizações Asháninka nos rios Apurímac, Ene e Tambo, encontramos pelo menos cinco fatores que parecem impulsar ou afetar de forma considerável esse processo na região até meados da década de 2000. Sem a pretensão de esgotar o tema, mas aproveitando um olhar comparativo do material analisado, são apontados como dinamizadores e transformadores do processo de organização política dos Asháninka dos Rios Apurímac, Ene e Tambo: a presença de diversas instituições religiosas nessas bacias; a intensificação da colonização a partir da década de 1970; o processo de titulação de comunidades nativas a partir de 1979; a ocupação e controle deste território por forças armadas do *Sendero Luminoso* desde os últimos anos da década de 1980 até os primeiros anos da década de 2000; e a chegada simultânea de múltiplos interesses extrativos no território: os setores madeireiro, petrolífero e hidroelétrico, que requerem novas formas de negociação e embates políticos por parte das organizações indígenas.

Com base em reflexões realizadas na mesa intitulada "*Historia Abierta*", no evento *Octubre Asháninka*, em 2011, muitas observações trataram sobre as dificuldades atuais de conduzir uma organização indígena, nos casos da CARE e CART. De um lado, foi colocado o desafio que é atualmente estar à frente de uma organização, pois além da necessidade de um domínio político é técnico em determinados temas, existe uma enorme desconfiança que paira sobre suas ações. Por outro lado, ficou evidente uma forte crítica ao comportamento de dirigentes nos processos de negociação com empresas extrativas, em sua atuação como mediadores dos interesses comunitários e os interesses externos.

Neste primeiro sentido, Ruth Buendía mencionou a falta de confiança entre dirigentes, principalmente pelo grave problema de cooptação de alguns destes por empresas extrativas. E também criticou que seus discursos muitas vezes são construídos desde influências externas. Diante desse quadro de desconfiança, basta a chegada de um documento estatal para que a confiança em uma liderança seja comprometida, muitas vezes por mal interpretarem o documento, e até propositalmente. Contou sua experiência pessoal, quando participou de uma reunião da Corte Interamericana de

Direitos Humanos, houve questionamentos internos de que ela recebia dinheiro. Assim, conclui que grande parte desses desentendimentos emerge de um duplo desconhecimento entre o mundo indígena e o mundo nacional e internacional.

Nesse debate, no que tange a relações entre organizações Asháninka, Ruth Buendía reflete sobre os interesses externos em separar CARE e CART: "*intentan minar la organización interna para la entrada de petroleras*". Existe uma percepção de que o envolvimento de dirigentes de comunidades filiadas a CART com as empresas petroleiras foi responsável pelo enfraquecimento da legitimidade e fragmentação interna desta última. O Prof. Luiz Vásquez (*Regidor de la Municipalidad de Río Tambo*) também observou que "*CART tenía un peso, una representatividad, ahora es un desorden, está manejado por técnicos de afuera*"¹¹.

Estas reflexões talvez sejam mais bem compreendidas com base na explanação de um dirigente da comunidade nativa de Cheni (Rio Tambo) durante o congresso da ECOASHANINKA: "*sobre el tema de convenio y de la empresa REPSOL, en una asamblea general decidimos aprobar la empresa REPSOL, pues es una alternativa a la explotación maderera*" e, em outro momento, compara "*El Río Ene es muy diferente a las comunidades del Río Tambo (...) en Río Tambo se ve más fuerte, ya quieren ser emprendedores, en Río Ene viven de la pesca*". Devemos considerar que se trata de um discurso proferido para dirigentes Asháninka de comunidades nativas dos Rios Ene, Tambo e Apurímac. Busca defender a aceitação das petroleiras e as vantagens de se associar às mesmas em detrimento de outras atividades.

Nesse sentido, o Professor Prof. James Reagan, que também compunha a mesa "*Historia Abierta*", observou as fragilidades na prática política dos dirigentes, tanto na manutenção dos acordos firmados na comunidade: "*cuando se está en la comunidad tomando masato se llega a un acuerdo y después de que se va a la ciudad se olvida*", quanto no tipo de envolvimento dos dirigentes quando passam a trabalhar para as indústrias extrativas. Em relação comparativa, conclui que "*antes se veía la CART más organizada y la CARE débil, ahora se ve al revés*" (Trecho de depoimento gravado durante o evento *Octubre Ashaninka*, na mesa intitulada "*Historia Abierta*" em 28.10.2011, em Lima).

Para Fabián Arias (2006), a CART tem ingressado, nos últimos anos, em um período de crise organizacional e de liderança, apesar do prestígio ganhado

¹¹ Trecho de depoimento gravado durante o evento *Octubre Ashaninka*, na mesa intitulada "*Historia Abierta*" em 28.10.2011, em Lima.

na década de 1990 por ser uma das organizações mais representativas e consolidadas na região. Esta situação tem sido questionada pelos membros das comunidades nativas, mas com maior ênfase pelas mulheres.

Esta pesquisadora centrou sua atenção na participação política da mulher Asháninka na bacia do Rio Tambo, e reforça o papel questionador dessa participação feminina a partir de 1997: "*con el cuestionamiento a sus líderes y autoridades en la gestión de la defensa de la tierra y territorio, de los contratos de venta de los recursos forestales sin ningún beneficio para la comunidad*" e também "*han planteado cuestionamientos a los funcionarios públicos de la región (...) Así han contribuido a la defensa de sus derechos en contra de los madereros y las transnacionales, rechazando contratos lesivos a sus intereses*" (Fabián Arias, 2006, p. 166).

A partir destas colocações comparativas entre CARE e CART, e daquelas reflexões sobre as organizações Asháninka no rio Ene, podemos estabelecer uma relação direta entre a entrada de empresas extrativas no território Asháninka e a dinamização do processo de organização política na região. A aceitação da presença das empresas petroleiras por algumas comunidades do rio Tambo, mediante estratégias de cooptação e convencimento junto aos dirigentes, tem sido percebida pelos atores mencionados no evento *Octubre Asháninka* como um "enfraquecimento" da CART em relação à CARE.

Em outra dimensão, Fabián Arias apresenta o papel do início e fortalecimento da participação política da mulher Asháninka nos espaços de interação interétnica, como questionadoras de um padrão de liderança e organização que não representem interesses ou direitos das comunidades frente ao assédio das empresas extrativas no território Asháninka.

No Rio Ene, a estratégia das empresas petroleiras foi buscar a aceitação das comunidades durante o congresso da CARE, justamente no momento de eleição de sua *junta directiva*. Conforme já tratamos acima, nesta ocasião Ruth Buendía é reeleita, e a posição tomada pelas comunidades foi a de não aceitar a entrada das petroleiras no rio Ene. Apesar de esta situação ter resultado em uma divisão interna na CARE, esta organização acumula o prestígio de haver resistido à entrada das petroleiras na zona, e mantém a coesão deste posicionamento com as comunidades filiadas.

Algumas perguntas que surgem deste olhar comparativo – entre a ação das organizações sociais da Amazônia peruana - são: qual característica (ou características) teria a CARE que a torna capaz de manter uma coesão relativa entre suas comunidades filiadas no sentido de posicionar-se negativamente diante da entrada das petroleiras no rio Ene? Como Ruth

Buendía construiu e manteve seu prestígio como presidenta da CARE? Como o fato de ser mulher, levantado algumas vezes por ela como uma limitação, e outras vezes como vantagem, influenciou o seu fortalecimento enquanto dirigente?

Neste trabalho buscamos abordar acima algumas considerações sobre a construção da *legitimidade* ou *credibilidade* da CARE, perante suas comunidades filiadas. Em suma, foram ressaltados aspectos como: a legalização e estruturação da CARE; o processo de consulta que a CARE realizou junto às comunidades do Rio Ene e a sistematização do *Kametsa Asaike* como agenda de trabalho; a busca de maior poder de negociação e gestão, em relação às ONGs e instituições estatais, na execução de projetos visando concretizar essa agenda.

Por outro lado, vimos uma série de fatores que constantemente desafiam sua dinâmica organizacional. Estes não podem ser compreendidos sem um olhar que leve em conta os processos históricos vivenciados pelos Asháninka na região dos rios Apurímac-Ene-Tambo. Além disso, e sem perder de vista a totalidade, vimos que esses fatores se manifestam desde estruturas políticas constituídas no âmbito das comunidades do Rio Ene, como também desde outras organizações Asháninka, organizações não governamentais, instituições estatais e empresas extrativas com interesses no território das comunidades filiadas à CARE.

Referências Bibliográficas

AROCA, M. Javier; MAURY, P. Luis. El pueblo Ashaninka de la selva central. Estado, derecho y pueblos indígenas. *América Indígena*, v. 53, n. 4, out-dez, 1993. p. 11-32.

CARE, Central Asháninka del Río Ene. *Kametsa Asaike*. El vivir bien de los Asháninkas del Río Ene. Agenda Política de la CARE. Lima – Peru, 2011.

CHIRIF, Alberto. La Colonización en la Amazonía Peruana. *Revista Iniciativa Amazónica* - Asociación Latinoamericana para los Derechos Humanos (ALDHU), julio-agosto 2003.

_____; GARCÍA HIERRO, Pedro. *Marcando Territorio*: Progressos y limitaciones de la titulación de territorios indígenas en la Amazonía. Copenhague: IWGIA; Lima: Tarea Asociación Gráfica Educativa, 2007. 340 p.

COMISIÓN DE LA VERDAD Y RECONCILIACIÓN (CVR). Los Pueblos Indígenas y el Caso de Los Asháninkas. TOMO V: *Historias representativas de la violencia*. Lima, 2003, p. 241-177. Disponível em: <<http://www.cverdad.org.pe/ifinal/index.php>>. Acessado em: 12 fev. 2011.

CRUZ, Lia Mendes. *Territórios indígenas e desenvolvimento na Amazônia Central peruana: um olhar sobre a organização política dos Ashaninka do Rio ENE*. 2012. 129 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em estudos comparado sobre as Américas, 2012.

ESPINOSA DE RIVERO, Oscar. *Rondas Capesinas y Nativas em la Amazonía Peruana*. Lima: Centro Amazónico de Antropología y Aplicación Práctica, 1995.

FABIÁN ARIAS. *La participación pública de la mujer asháninka en la cuenca del río Tambo entre 1990 -2002*. Lima: Fondo Editorial de la Facultad de Ciencias Sociales – UNMSM, 2006.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA – INEI. *Perfil sociodemográfico del Perú*. Lima, agosto 2008. Disponível em <https://www.inei.gob.pe/media/MenuRecursivo/publicaciones_digitales/Est/Lib1136/libro.pdf>.

Acessado em: 31 out 2017.

PIMENTA, José. "Viver em comunidade". O processo de territorialização dos Ashaninka do rio Amônia. In: *Anuário Antropológico 2006*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2008. p. 117-150.

RODRIGUEZ VARGAS, Marisol. *Desplazados Selva Central: El caso Ashaninka*. Lima: Centro Amazónico de Antropología y Aplicación Práctica, 1993.

ROJAS ZOLEZZI, Enrique. *Participación política de los pueblos indígenas de la Amazonía peruana*. SCIENTIA VOL X. Nº 10, dezembro de 2008.

SAETTONE ARIAS, Sandro. *Vivencia Territorial de los Ashaninka del Ene y el Apurímac*. Relaciones entre los Ashaninka y la Reserva Comunal Ashaninka. *no prelo*.

SANTOS, Fernando; BARCLAY, Frederica. Introducción. In: _____. *Guía Etnográfica de la Alta Amazonía*. v. 5. Arequipa: IFEA; Balboa: Smithsonian Tropical Research Institute, 2005. p. xv-xli.

VEBER, Hanne. Introducción etnográfica: los asháninkas y los ashéninkas. In: _____(ed.). *Historias para Nuestro Futuro/Yotantsi Ashi Otsipaniki*. Narraciones autobiográficas de líderes Asháninkas y Ashéninkas. Copenhague: IWGIA; Lima: Tarea Asociación Gráfica Educativa, 2009. p. 20 – 53.